



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Cordeiro
"Cordeiro – Cidade Exposição"
Poder Legislativo

Ref. Projeto de Lei Nº 151/25

Publicação: Jornal DO

Edição: 190 Data 30/10/25

LEI Nº 2936/2025

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO AOS SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por seus representantes legais, aprovou a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica reajustado o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Cordeiro, nos termos da Lei nº 2734/2023, que passará a ser de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais, a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º - Fica instituído, em caráter permanente, no mês de dezembro de cada ano, um acréscimo ao auxílio alimentação, no valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), que será pago todos os anos, com início em dezembro de 2025, valor este que acompanhará os reajustes do auxílio alimentação.

Art. 3º - O auxílio-alimentação e seu acréscimo previsto no artigo 2º desta Lei possuem natureza indenizatória, não se incorporando à remuneração, vencimento, salário, provento ou pensão, nem servindo de base de cálculo para qualquer vantagem, contribuição previdenciária ou trabalhista.

Art. 4º - O pagamento do auxílio-alimentação e seu acréscimo observará a disponibilidade orçamentária e financeira da Câmara Municipal de Cordeiro, devendo constar das previsões da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Cordeiro
“Cordeiro – Cidade Exposição”
Poder Legislativo

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Cordeiro, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observando-se que produzirá efeito financeiro a contar de 01/01/2026 referente ao novo valor do auxílio alimentação previsto no artigo 1º desta lei, ficando também estabelecido início de efeito financeiro para dezembro de 2025, referente ao acréscimo a que alude o artigo 2º desta Lei.

Sala das Sessões Juscelino Kubitschek, 20 de outubro de 2025.


Anísio Coelho Costa
Presidente do Poder Legislativo

Autoria: Mesa Diretora